



TERMO DE CORREIÇÃO
SUBPROCURADORIA-GERAL INSTITUCIONAL

A **CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO** realizou, nos termos do art. 18, incisos I, II, VII e XIV, da Resolução nº 92, de 13 de março de 2013, **VISITA DE CORREIÇÃO** no órgão do Ministério Público abaixo especificado, tendo verificado o seguinte:

| PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA INSTITUCIONAL | |
|--|--|
| EM RELAÇÃO AO SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS | |
| NOME | |
| DADOS RELACIONADOS AO SUBPROCURADOR-GERAL INSTITUCIONAL | |
| O membro assumiu o órgão em ___/___/___; reside (ou não) na comarca de lotação (caso negativo, especificar o local de residência, o motivo, a distância da sede e se está autorizado pelo Procurador Geral); nos últimos 06 meses participou (ou não) de cursos de aperfeiçoamento (caso positivo especificar o curso); exerce (ou não) o magistério (Caso positivo, especificar a entidade, se é pública ou privada, a carga horária, o período e se exerce algum cargo administrativo); exerce (ou não) a advocacia; respondeu (ou não) e responde (ou não) a procedimento administrativo disciplinar (Caso positivo, se sofreu sanção disciplinar e qual); responde (ou não) cumulativamente por outro órgão; nos últimos 06 meses recebeu (ou não) colaboração; nos últimos 06 meses se afastou (ou não) das atividades (caso positivo, especificar período e motivo); cumpre expediente das _____ às _____. | |
| EM RELAÇÃO AO ÓRGÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| Identificar as atribuições: | |
| Existe assessoria de membros? | |
| Caso positivo, identificar as atribuições: | |
| Estrutura de pessoal do gabinete: | |
| Quais são as estruturas hierarquicamente vinculadas à Subprocuradoria-Geral Institucional e suas respectivas atribuições? | |
| Estrutura física (Própria ou alugada): | |
| Estrutura de tecnologia da informação: | |
| Sistema de Arquivo. | |
| Observações: | |
| EM RELAÇÃO AO RELACIONAMENTO INTERINSTITUCIONAL | |
| Realiza o relacionamento interinstitucional com os órgãos do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário? | |
| Relacionar as questões que atualmente sejam relevantes para a autonomia do Ministério Público, se houver. | |
| Possuem sistema de controle de acompanhamento de projetos legislativos de interesse do Ministério Público? Em caso positivo, esclarecer a metodologia de acompanhamento dos projetos. | |
| Existe sistemática de comunicação permanente com os órgãos de execução das diversas unidades | |



| | |
|---|--|
| ministeriais? Em caso positivo, esclarecer a metodologia aplicada, quais os canais de escuta da classe e de resposta/transparência dos posicionamentos da Administração Superior sobre as demandas eventualmente formuladas. | |
| Existe práxis instituída para a escuta qualificada das demandas e divulgação de resultados institucionais alcançados à sociedade civil? Em caso positivo, esclarecer. | |
| DA POLÍTICA DE DIVISÃO DE ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO | |
| Existe estrutura/setor voltado à revisão permanente da divisão de atribuições entre os diversos órgãos do Ministério Público? Em caso positivo, qual o setor e a sua composição. | |
| Existem modelos-padrão de divisão de atribuições adotados de forma homogênea na repartição de funções de todas as Promotorias de Justiça do Estado? Há paralelismo na adoção de tais modelos em todas as promotorias do Estado? Em caso positivo, quais são os principais modelos-padrão? Quais foram os critérios utilizados para sua elaboração? | |
| São realizados estudos a fim de apurar resultados de eficiência na adoção dos modelos-padrão de divisão de atribuições entre as promotorias de justiça, ou seja, existe cotejamento dos resultados finalísticos alcançados pelas diversas unidades ministeriais como elemento de valoração da eficiência dos modelos-padrão de divisão de atribuições implantados nas promotorias de justiça? | |
| Quais são os parâmetros utilizados para criação de novas promotorias de justiça? | |
| Quais são os parâmetros utilizados para a revisão das atribuições das promotorias de justiça já existentes? São considerados dados de movimentação judicial e extrajudicial? São considerados dados socioeconômicos (IDH, população, indicadores sociais, mapa de violência, etc.)? São considerados pressupostos de acessibilidade da comunidade referenciada? | |
| A revisão de atribuições é realizada de forma global, ou seja, considerando o dimensionamento equitativo de todas as unidades ministeriais, ou é deliberada de forma pontual, em procedimentos cujo objeto é a revisão de atribuições em unidades específicas? | |
| Os processos de revisão de atribuições são, em geral, decorrentes de atuação de ofício da Administração Superior ou ocorrem, em regra, por provocação dos interessados? | |
| É utilizado o BI na avaliação dos dados que embasam a tomada de decisão sobre a revisão de atribuições e/ou criação de novas unidades ministeriais? | |
| Existe regulamentação para a procedimentalização dos expedientes de revisão de atribuições? Em caso | |



| | |
|---|--|
| positivo, há definição de legitimação ativa, contraditório dos envolvidos, tramitação entre os setores competentes para análises (nesse caso informar se há escuta da Corregedoria Geral), prazos de julgamento e comunicação dos interessados? Informar a normativa. | |
| Existem promotorias de justiça com atribuições exclusivas na intervenção judicial cível (exceto família)? Em caso positivo, especificar as médias mensais de distribuição de feitos discriminadas por matéria. | |
| Existem promotorias de justiça com atribuições exclusivas em Juizados Especiais Criminais? Em caso positivo, especificar as médias mensais de distribuições de feitos. | |
| Observações: | |
| DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO | |
| Existe planejamento estratégico? Quando foram elaborados ou atualizados os objetivos, projetos, metas e indicadores? | |
| Foram cotejados para a eleição dos objetivos e projetos estratégicos os dados socioeconômicos e as necessidades da sociedade civil? Houve escuta dos órgãos de execução? Houve escuta da sociedade civil? Foram realizadas audiências públicas? Esclarecer sobre os parâmetros aplicados e a metodologia empregada para a escolha de objetivos e projetos estratégicos. | |
| Há indicadores de resultado nos projetos do Ministério Público? Em caso positivo, listar os indicadores de resultados pactuados. Existe diagnóstico prévio que permita a efetiva aplicação e monitoramento dos indicadores? Foi estabelecida linha de base ? | |
| É realizado o monitoramento do cumprimento das metas e dos indicadores? Como é realizado o monitoramento? | |
| Existe cotejamento de investimentos e esforços realizados <i>versus</i> resultados alcançados nos projetos estratégicos desenvolvidos pela instituição? | |
| Qual o mecanismo adotado para a transparência e prestação de contas à sociedade civil dos resultados alcançados pela instituição na execução dos projetos estratégicos? São realizadas audiências públicas? São apresentados esclarecimentos sobre esforços/custos <i>versus</i> resultados? Esclarecer a metodologia. | |
| DA POLÍTICA DE MERECIMENTO | |
| Existe normatização sobre os parâmetros informadores da promoção/remoção pelo critério de merecimento? Em caso positivo, informar. | |
| O regulamento atualmente em vigor estabelece critérios que possam ser objetivamente considerados? São considerados como elementos | |



| | |
|---|--|
| relevantes para o julgamento do mérito a valoração da atividade finalística; a produtividade, a resolutividade, a proatividade e o engajamento em projetos estratégicos? Como é realizada a valoração? | |
| Existe regulamento de proceduralização dos editais de remoção e promoção por merecimento, estabelecendo prazos, documentação pertinente, prazos recursais, etc.? | |
| São adotados outros mecanismos de aprimoramento da política de valorização no âmbito da instituição, que resultem no reconhecimento dos membros que apresentem destaque na obtenção de resultados sociais úteis? Em caso positivo, listar as iniciativas desenvolvidas nesse sentido. | |
| DA PARTICIPAÇÃO EM CURSOS DE APERFEIÇOAMENTO | |
| Existe regulamento sobre os parâmetros de afastamento de membros para a frequência em cursos de aperfeiçoamento de curta e longa permanência? Em caso positivo, informar a normativa. | |
| Existem mecanismos de controle da pertinência temática das teses eleitas ao interesse institucional do Ministério Público e de retorno do conhecimento adquirido pelo membro às atividades desempenhadas? Em caso positivo, esclarecer. | |
| Existem critérios para a escolha de membros para participação em eventos de curta duração? Em caso positivo, esclarecer. | |

Nada mais havendo, foi encerrada a presente visita de correição.

Cidade/Estado, dia/mês/ano.

| | |
|---|---|
| Assinatura Nome | Assinatura Nome |
| Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público | Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional do Ministério Público |

Instruções para preenchimento do termo de correição:

1- não é necessário o preenchimento da parte da Tabela referente à “**Processos e Procedimentos Examinados**”, na medida em que será preenchida no momento da correição pela equipe.

2- Na tabela referente a “**Relação aos Feitos no Órgão do Ministério Público**” não deve ser preenchido antecipadamente pela unidade, mas os dados devem ser levantados e entregues à equipe da Corregedoria Nacional por ocasião da inspeção/correição, refletindo a situação atual na unidade no dia que a inspeção/correição for



realizada.

3- As informações que não se coadunarem às suas atribuições, preencher o espaço com o termo “prejudicado”.

4 - As respostas a todos os questionamentos constantes do termo devem ser inseridas em **fonte Calibri, tamanho 9, sem negrito, sem caixa alta preferencialmente editado em Microsoft Word**, devendo ser salva no **formato XML do Microsoft Word 2007/2010/2013**, quando editado em LibreOffice ou OpenOffice.